


JUSTIÇA, AUTORIDADE E AUTOIMAGEM EM “UM CINTURÃO”, DE GRACILIANO RAMOS

JUSTICE, AUTHORITY AND SELF-IMAGE IN “UM CINTURÃO”, BY GRACILIANO RAMOS

Jenifer Ianof de la Fuenteⁱ 

Resumo: Este trabalho contempla uma leitura sob um viés psicanalítico do conto “Um cinturão”, que faz parte de *Infância*, livro de memórias publicado pelo escritor Graciliano Ramos em 1945. Nosso objetivo é, sobretudo, analisar como se dão a constituição psíquica do narrador, em especial em relação à sua autoimagem, e a construção da noção de justiça que ele cria a partir da vivência de uma situação violenta e autoritária na infância. Esta análise visa, pois, compreender as marcas deixadas por essas experiências na subjetividade do personagem e seu impacto na construção de suas relações interpessoais e sociais, que também são reflexos da visão de mundo do próprio escritor.

Palavras-chave: “Um cinturão”; Graciliano Ramos; psicanálise; justiça; autoimagem.

Abstract: *This work presents a psychoanalytic reading of the short story “Um cinturão,” part of Infância, a memoir published by the writer Graciliano Ramos in 1945. Our primary goal is to analyze the psychic constitution of the narrator, particularly concerning his self-image and the development of his sense of justice, shaped by his experience of a violent and authoritarian situation during childhood. This analysis aims to understand the marks left by these experiences on the character's subjectivity and their impact on the formation of his interpersonal and social relationships, which also reflect the writer's worldview.*

Keywords: “Um cinturão”; Graciliano Ramos; psychoanalysis; justice; self-image.

Submetido em: 17.09.2024

Aceito para publicação em: 04.10.2024



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) este material, desde que citada a autoria e observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

ⁱ Mestranda em Literatura Brasileira pela USP, formada em Letras, português e espanhol, pela mesma instituição, pós-graduada em Educação e Tecnologia, pela UFSCar, Literatura e ensino pela UFRN, Ensino de língua espanhola e Ensino de língua portuguesa e psicanalista em formação. *E-mail:* jeni.ianof@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A obra de Ramos expõe a crueza da educação familiar nordestina, bem como uma concepção social da infância, em que crianças eram tratadas, em muitas ocasiões, de forma semelhante a animais. Diz o autor em “Nuvens”: “Datam desse tempo as minhas antigas recordações do ambiente onde me desenvolvi como um pequeno animal” (Ramos, 1981, p. 11). Dessa forma, a infância relatada está longe de ser idealizada e, muitas vezes, os leitores sentem-se afligidos pela crueldade a que são submetidas as crianças.

Além disso, como muitas vezes a crítica já apontou, *Infância* nos brinda com muitas situações vivenciadas pelo próprio autor. Assim, podemos pensar que há nessa obra uma tentativa de entendimento dos acontecimentos de sua meninice bem como de sua relação com as figuras paternas pouco afetuosas.

Como afirma Álvaro Lins,

Não será significativo que em *Infância* não apareçam os instantes agradáveis, felizes, ilusões e sonhos do menino Graciliano Ramos? Que tenham sido conservados pela memória, de preferência, os momentos de infelicidade, tristeza e solidão, as humilhações e decepções da infância? É que os primeiros foram superficiais e efêmeros, talvez porque menos frequentes, logo esmagados pelos segundos, mais constantes; e foram estes que permaneceram, que lhe marcaram a natureza humana. Quando se decidiu a escrever um livro de memórias, a sensibilidade reagiu em toda a sua exacerbação; e exprimiu-se pela exteriorização daquilo que nela se gravara mais profundamente (Lins, 2015, p. 83).

Como observamos também em outras obras de Ramos, suas vivências da infância marcaram sua visão sobre a vida e, inclusive, sua forma de narrar. No conto-capítulo que analisaremos, “Um cinturão”, notamos uma tentativa de interpretar seu mundo passado e seu mundo atual como narrador-escritor, movimento que, segundo Ricoeur, constrói uma identidade narrativa¹.

Em “Um cinturão”, rememora-se um episódio de violência da infância do narrador desde a perspectiva adulta. O pai, mal-humorado por motivo desconhecido, acusa o filho de ser o responsável pelo desaparecimento do seu cinturão e, como castigo, espanca a criança. Logo depois, ele encontra o cinto e se dá conta de seu erro, porém, ainda assim, não se desculpa com o filho, que esperava uma retratação.

¹ De acordo com Ricoeur, a “identidade narrativa” é construída a partir do movimento dialético entre o “si mesmo” (o eu no tempo da enunciação, o narrador) e o “si mesmo como outro” (o eu no tempo enunciado), por meio da memória, que resgata as experiências; e por meio da narrativa, lugar ideal para essa junção.

2 MARCAS DA INJUSTIÇA: AUTORIDADE E MEMÓRIA

No conto, temos acesso a lembranças difusas, imprecisas devido ao tempo decorrido entre o fato e sua narração, em que nos são apresentadas incertezas: “*Provavelmente* fui sacudido”; “*Devo* ter pensado nisso”, “Juntando *vagas lembranças* dela a fatos que se deram depois” (Ramos, 1981, p. 31, grifos nossos). No entanto, isso não ocorre somente por esse motivo: há uma estreita correlação entre memória e inconsciente, como nos revela a fusão entre passado e presente e os detalhes que aparentemente não têm importância para a narração, que mesclam memória e imaginação. Além disso, existem lembranças de que nosso inconsciente dá conta de trazer à tona e outras não, por isso ele usa sua imaginação para preencher as lacunas típicas do funcionamento da memória: “Naturalmente não me lembro da ferrugem, das rugas, da voz áspera, do tempo que ele consumiu rosnando uma exigência. Sei que estava bastante zangado, e isto me trouxe a covardia habitual” (Ramos, 1981, p. 31).

O narrador mostra conhecimento de como o episódio o afetou “e as consequências delas me acompanharam.”, “Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto”. A repetição da pergunta “Onde estava o cinturão?” revela-nos a intensidade da marca dessa pergunta “repisada” que lhe ficou na lembrança — sabe-se, de acordo com a psicanálise, que vivências traumáticas tendem a ser repetidas.

Essa reiteração também revela como a rememoração o transporta de volta à cena como se retornasse à infância inúmeras vezes em virtude daquela lembrança. O verbo no pretérito, *estava*, e não no presente remete, não a uma simples lembrança da fala do pai no momento, mas sim, a alguém que revive o momento em sua mente e também faz ponderações sobre as consequências do ocorrido. O pretérito imperfeito traz um traço de continuidade, que pode ser associado à importância do acontecimento como algo que deixou marcas perenes e que também reforça a noção de repetição — reiterada também pelo fato de as sentenças inicial e final do conto apresentarem a ideia de “primeiro” contato com a justiça, de forma um tanto cíclica.

Desde as primeiras sentenças, a noção de culpa está presente, quando, ao descrever a situação, o narrador afirma ter sido o réu, que, em um julgamento, é apresentado como culpado: “e figurei na qualidade de réu”. Em seguida, ao lembrar-se brevemente de um episódio de violência cometido pela mãe, notamos uma tentativa de isentá-la da culpa, embora tenha cometido uma “flagelação”: “Não guardei ódio a minha mãe: o culpado era o nó” (Ramos, 1981, p. 31).

Já com o pai, ainda que a dor física pareça ter sido menos intensa, as marcas existenciais foram mais profundas. De acordo com a narrativa, a criança interiorizou um código de conduta e, muitos anos depois, já adulto manifesta seu entendimento sobre justiça marcado pelo evento: “As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão” (Ramos, 1981, p. 31). O fato de a criança ter sido tida como culpada sem sê-lo e de o pai não ter se retratado pelo seu equívoco parece ter gerado mais cicatrizes no narrador que a própria violência física: “Tive a impressão de que ia falar-me: baixou a cabeça, a cara enrugada serenou, os olhos esmoreceram, procuraram o refúgio onde me abatia, aniquilado. Pareceu-me que a figura imponente minguava — e a minha desgraça diminuiu. Se meu pai se tivesse chegado a mim, eu o teria recebido sem o arrepio que a presença dele sempre me deu” (Ramos, 1981, p. 34).

Assim, vemos que a noção de justiça do narrador está imbuída de ausência, visto que o garoto sofreu uma injustiça, e relacionada a punição, uma vez que foi condenado sem julgamento — é impossível não associar o ocorrido à injusta prisão que Graciliano Ramos sofreu em 1936 sem nenhuma acusação formal. De acordo com Suely Corvacho, a narrativa “permite evocar o caráter aleatório das prisões ocorridas no período ditatorial [...], permite também evocar aqueles que foram presos sem qualquer acusação, como Graciliano Ramos, que permaneceu detido por onze meses sem qualquer processo” (Corvacho, 2013, p. 6).

Assim, um episódio particular adquire uma dimensão coletiva: dali se forma o conceito de justiça como castigo arbitrário da criança. Assim a condenação que recebeu, instaurada no corpo, revela ao protagonista como a justiça é injusta e estabelece a lei do mais forte. Dessa forma, a atitude autoritária e violenta do pai parece ter sido importante para a constituição psíquica do narrador cuja noção de justiça passou a envolver arbitrariedade: “Se o moleque José ou um cachorro entrasse na sala, talvez as pancadas se transferissem. O moleque e os cachorros eram inocentes, mas não se tratava disto. Responsabilizando qualquer deles, meu pai me esqueceria, deixar-me-ia fugir, esconder-me na beira do açude ou no quintal” (Ramos, 1981, p. 33). e corresponder à lei do mais forte: “Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural” (Ramos, 1981, p. 31).

É importante notar também que, no momento de desespero, a criança não se importa que o foco de agressão seja deslocado para outro inocente contanto que ele fosse esquecido. Isso nos mostra, mais uma vez, como o filho parece ter incorporado a ideia de que justiça está relacionada com punição de forma injustificada e opressora.

A justiça, portanto, não passa de um meio para validar as práticas violentas que são consideradas naturais. Assim como a criança de “Um cinturão”, Graciliano foi punido de

forma arbitrária. No entanto, diferentemente do pai retratado no conto, o escritor Graciliano Ramos evita avaliações precipitadas e julgamentos infundados, não apenas para tentar entender as causas de sua prisão sem culpa, mas também para analisar os mistérios humanos.

No episódio do cinturão, houve um prejulgamento, uma invalidação do direito de defesa: a pergunta “Onde estava o cinturão?”, repetida cinco vezes na narrativa, buscava uma resposta, mas não houve espaço para diálogo nem justificativas: “o homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: ordenava que a entregasse imediatamente” (Ramos, 1981, p. 33).

Esse pai que lhe causa arrepios é descrito como agressivo e violento (“e arrancou-me dali violentamente”; “Os modos brutais, coléricos, atavam-me”; “o olho duro a magnetizar-me, os gestos ameaçadores” (Ramos, 1981, p. 32) — também em outros contos da obra —, mal-humorado. É relevante observar como também o corpo é fundamental para a caracterização do pai: no trecho anterior, mencionam-se “modos brutais”, “olho duro” e gestos brutais. Em outros momentos, há referências a “rugas”, “voz áspera”, “sons duros”, “cara enferrujada”. Todas essas alusões compõem o perfil de um pai rude e bruto.

O corpo também é fundamental para assinalar as reações do filho diante da violência do pai, uma vez que ele tem manifestações físicas, não só de dor, mas em especial de angústia (“Achava-me num deserto. A casa escura, triste; as pessoas tristes. Penso com horror nesse ermo, recordo-me de cemitérios e de ruínas mal-assombradas” (Ramos, 1981, p. 32), agonia e pavor: “Conservar-me-ia ali desmaiado, encolhido, movendo os dedos frios, os beijos trêmulos e silenciosos”; “Aperto na garganta, a casa a girar, o meu corpo a cair lento, voando, abelhas de todos os cortiços enchendo-me os ouvidos — e, nesse zunzum, a pergunta medonha”. “Náusea, sono.”, “minha tremura infeliz” (Ramos, 1981, p. 33).

Tais manifestações continuam acompanhando o narrador até a atualidade enunciativa, revelando a intensidade das marcas deixadas pelo episódio do cinturão: “Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate-me forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera doida agita coisas adormecidas cá dentro. A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro” (Ramos, 1981, p. 32).

O silêncio do filho, que não foi capaz de se pronunciar (“Débil e ignorante, incapaz de conversa ou defesa”; “atrapalhava-me, gaguejava”, “os beijos trêmulos e silenciosos”), e reprimiu seu medo e a verbalização dele até o fim do conto, contrastam com a gritaria do pai: “Os seus gritos me entravam na cabeça, nunca ninguém se esgoelou de semelhante maneira” (Ramos, 1981, p. 32). Ao final, os papéis parecem se inverter: o filho consegue expressar seu medo através do choro e do movimento corporal, enquanto o pai se cala, sem desculpar-se,

como já mencionamos: “Certamente o meu choro, os saltos, as tentativas para rodopiar na sala como carrapeta, eram menos um sinal de dor que a explosão do medo reprimido. Estivera sem bulir, quase sem respirar. Agora esvaziava os pulmões, movia-me, num desespero” (Ramos, 1981, p. 33).

Apesar do distanciamento afetivo causado pela passagem dos anos entre o discurso e os fatos, o narrador parece ainda considerar impiedoso seu pai, que, é referido como “algoz”, isto é, “carrasco, homem que executa a pena de morte ou quaisquer outras penas corporais”; “pessoa desumana”; “perseguidor; torturador”.

A personagem tirânica e autoritária que encontramos em “Um cinturão” – “O homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: retomo o excerto “ordenava que a entregasse imediatamente” (Ramos, 1981, p. 33, grifos nossos) — evoca a figura paterna de *Totem e tabu*, em que Freud (1913) associa a figura paterna ao modelo do pai da horda primitiva, onipotente, que ao mesmo tempo é admirado por sua força e temido por seu poder.

O mesmo ocorre no conto de Graciliano: o filho vê o pai de forma dúbia: reconhece a crueldade de suas ações, mas também o vê com certa superioridade, como uma “figura imponente” que permanece grandiosa até o fim da narrativa— ainda que essa imponência pareça minguar por algum momento, aos olhos do filho, o pai retoma sua grandeza e força: “Sozinho, vi-o de novo cruel e forte, soprando, espumando” (Ramos, 1981, p. 34).

Assim, além de ratificar a superioridade paterna, os excertos finais do conto acentuam o contraste entre a força do pai e a debilidade do filho: “E ali permaneci, miúdo, insignificante” (Ramos, 1981, p. 34).

Segundo Freud, a criança é introduzida ao campo simbólico da lei por meio da formação do Supereu, uma instância proibidora que vigia e pune as ações do sujeito e assume a função parental da autoridade: “O Supereu conservará o caráter do pai” (Freud, 2011, p. 31). Complementa Assis: “A função paterna não é o pai da realidade, mas a eficácia da lei sobre o desejo da mãe e do filho. O pai não é a lei, mas sim aquele que a transmite, em nome do pai.” (Assis, 2019).

O Supereu também forma ideais de como o eu deve ser (o Ideal do eu), geralmente muito além da capacidade do eu. Assim, pensamos que o narrador sofre a interferência de um Supereu cruel e tirânico, uma vez que, de acordo com Freud,

O Supereu parece ter tomado, unilateralmente, apenas a dureza e severidade dos pais, sua função punitiva e proibidora, mas sua amorosa solicitude não tem continuação. Se os pais exerceram de fato um regime severo, acreditamos ser compreensível que também na criança se desenvolva um Supereu severo (Freud, 2010, p. 144).

Assim, como resultado do Complexo de Édipo, que ocorre entre os três e cinco anos, o Supereu seria o responsável por conduzir o ego de acordo com o que é moralmente aceito e por realizar julgamentos às ações do eu. Vale lembrar que o narrador enuncia que “devia ter quatro ou cinco anos” (Ramos, 1981, p. 30) quando ocorreu o caso narrado, idade que, portanto, corresponderia à fase fálica e à formação do Supereu². Por isso, podemos pensar que o narrador é tão severo consigo mesmo, sentindo-se inútil, débil e covarde, mesmo decorridos tantos anos após os fatos narrados.

Da mesma forma, a postura disciplinadora áspera do pai instaura na criança a repressão e domínio dos afetos: “engolir soluços, gemer baixinho e embalar-me com os gemidos”; “medo reprimido”. Notemos que há muitas referências a elementos que prendem, seguram e contém: “Os modos brutais, coléricos, *atavam-me*” “A mão cabeluda *prende-me*”, *segurando-me* um braço, “surrou-me com uma *corda*”, “o culpado era o nó”, além do título.

O vocábulo “cinturão” encerra em si a conotação de retenção, uma vez que é um elemento que se prende com um fecho e, a conotação de agressividade, pois, muitas vezes, é usado para pendurar armas. Igualmente irrelevante como se sente o narrador, o cinturão é apresentado pelo título como insignificante —ideia reforçada pelo artigo indeterminado do título, trata-se de “*Um cinturão*”, não “O cinturão”. No entanto, sua posse parece conferir poder: o filho é agredido pelo pai por não estar com ele, por não localizá-lo e, no fim das contas, o cinto estava todo o tempo com o pai, detentor do domínio e da autoridade: “vi meu pai dirigir-se à rede, afastar as varandas, sentar-se e logo se levantar, agarrando uma tira de sola, o maldito cinturão, a que desprendera a fivela quando se deitara” (Ramos, 1981, p. 34).

Freud ainda sustenta que

Sua relação com o Eu não se esgota na advertência: “Assim (como o pai) você deve ser”; ela compreende também a proibição: “Assim (como o pai) você não pode ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele” (Freud, 2011, p. 32).

Dessa forma, a força e a coragem parecem ser reservadas apenas ao pai, de acordo com o julgamento do Supereu do narrador. O cinturão, que, no conto, pode ser entendido como símbolo fálico, já que corresponde ao poder (e à falta de poder), condensa a ideia da

² Vale ressaltar que o processo de formação de Supereu não se dá baseado apenas em um episódio vivenciado. Nosso intuito não é analisar a personagem, apenas estabelecer uma interface psicanalítica que enriqueça nossa leitura literária.

repressão e do julgamento do Supereu. O possuidor do objeto é o pai, detentor da valentia e da autoridade. Ao filho, parece restar a autoimagem abalada e a noção de inferioridade.

Como mencionamos brevemente, Freud discorre sobre o papel do Supereu na criação de um ideal, que ele busca satisfazer com base na imagem de perfeição que a criança tinha dos pais:

Temos ainda a mencionar uma importante função que atribuímos a este Supereu. Ele é também o portador do ideal do Eu, pelo qual o Eu se mede, o qual busca igualar, e cuja demanda por uma perfeição cada vez maior ele se empenha em satisfazer. Sem dúvida, esse ideal do Eu é o precipitado da velha ideia que a criança tinha dos pais, a expressão da admiração de quem os considerava perfeitos (Freud, 2010, p. 146).

Como já mencionamos, a criança de “Um cinturão” tem sentimentos ambivalentes pelo pai e, apesar da mágoa, reconhece sua superioridade e, em outros momentos de *Infância* busca, inclusive, relativizar a culpa do pai pela educação violenta — os culpados eram o meio em que viviam e a posição socioeconômica que ocupavam:

Hoje acho naturais as violências que o cegavam. Se ele estivesse embaixo, livre de ambições, ou em cima, na prosperidade, eu e o moleque José teríamos vivido em sossego. Mas no meio, receando cair, avançando a custo, perseguido pelo verão, arruinado pela epizootia, indeciso, obediente ao chefe político, à justiça e ao fisco, precisava desabafar, soltar a zanga concentrada. Aperreava o devedor e afligia-se temendo calotes. Venerava o credor e, pontual no pagamento, economizava com avareza. Só não economizava pancadas e repreensões (Ramos, 1981, p. 29).

Na “Conferência XXXI, A dissecação da personalidade psíquica”, Freud postula que “A criança sente-se inferior ao notar que não é amada, e assim também o adulto.” (Freud, 2010, p. 147). O sentimento de medo que prevalece na narração — “eram menos um sinal de dor que a explosão do medo reprimido”, “tão apavorado me achava” — está associado aos castigos do pai, que, na visão das crianças, correspondem à perda do amor parental. Ou nas palavras de Freud: “O papel que o Supereu virá a assumir é desempenhado primeiramente por um poder externo, pela autoridade parental. A influência dos pais governa a criança concedendo-lhe provas de amor e ameaças de castigo, que atestam a perda do amor e são temidos por si mesmos” (Freud, 2010, p. 143).

Dessa forma, os castigos violentos aplicados no garoto podem ter contribuído para seu sentimento de insignificância. Além disso, “o rigoroso Supereu observa cada um dos seus passos e lhe põe à frente determinadas normas de conduta, sem levar em conta as dificuldades por parte do Id e do mundo externo, punindo-o, em caso de infração, com os tenso sentimentos de inferioridade e de culpa” (Freud, 2010, p. 158). Portanto, se as exigências

desse Ideal do Eu não são obedecidas, o sujeito é punido com intensos sentimentos de inferioridade, como ocorre com o narrador.

Inferimos, pois, que a criança de “Um cinturão” tem vergonha por ser “débil”, “ignorante”, por ter medo da situação e, por isso, sente-se insignificante, inferiorizado, humilhado e se condena por isso.

No entanto, esse constrangimento pela sua covardia possivelmente foi em parte responsável pela identificação de Graciliano Ramos com os oprimidos e humilhados, presente em toda sua obra. Se suas experiências da infância contribuíram para a percepção da injustiça que caracteriza a justiça e das desigualdades da sociedade, ele parece ter valido-se desse entendimento para identificar-se com os mais fracos, expor angústias e opor-se diante de tantas iniquidades. Utilizando-se da literatura, após carregar tantas feridas, Ramos pôde denunciar as injustiças que presenciou e sofreu desde a infância.

Assim, além de introjetar o conceito de “justiça” na criança, essa educação disciplinadora autoritária e afetivamente distante imprime no filho a ideia de que ele é insignificante e irrisório tal qual uma aranha que estava na telha: “tão insignificante e miúdo como as aranhas que trabalhavam na telha negra” (Ramos, 1981, p. 33). É relevante que a comparação seja feita com um animal, uma vez que a lei do mais forte, no sertão nordestino, dá contornos à concepção “homem-bicho” — como em *Vidas secas*, as personagens confundem-se com animais em virtude de suas condições subumanas, nas quais são guiadas por seus instintos na busca por sobrevivência:

— Fabiano, você é um homem, exclamou em alta voz.
Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém
tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando:
— Você é um bicho, Fabiano.
(Ramos, 1996, p. 18).

Outras alusões à animalização são observadas— “Uivos”, “rosnando—”, revelando a aproximação entre humanos e animais. No entanto, a analogia com a aranha pode indicar uma perspectiva positiva: são mencionadas teias de aranha penduradas em um teto negro. As teias, construídas por meio de um trabalho que exige dedicação e tempo, são lugares seguros e protetores para as aranhas, bastante resistentes e fortes. Se entendemos o teto negro como a casa onde o narrador cresceu, repleta de experiências violentas, e as teias como uma elaboração realizada por ele ao longo do tempo, talvez, ainda que se enxergue como irrelevante em virtude das vivências que compartilhou com a família, em alguma medida, ele

contemple esperança de construção de um ambiente seguro, como a teia, distinto do qual viveu. Embora haja repressão na criação, hoje representada pelo Supereu — simbolizada também pela teia que retém e prende —, talvez haja uma esperança de reelaborar, por meio da palavra, suas memórias e as marcas deixadas pela violência vivenciada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Um cinturão”, de Graciliano Ramos, apresenta uma reflexão profunda sobre as complexas relações entre justiça, autoridade e a formação da autoimagem. O processo de rememoração de um acontecimento da infância se dá por meio de fragmentos e lacunas, mostrando como os episódios traumáticos não são apenas revividos, mas também transformados pela perspectiva do narrador.

A figura do pai, agressiva e autoritária, deixa cicatrizes no narrador, que ressoam ao longo de sua vida, manifestando-se na forma de um Supereu severo e de uma visão distorcida de si mesmo. A relação ambivalente entre o narrador e a figura paterna, permeada por medo e respeito, revolta e conformismo, demonstra como o sujeito internaliza e adapta as normas de uma sociedade brutal e injusta. A repetição da violência e a ausência de justiça visível no episódio do cinturão fazem com que o narrador aprenda que a justiça, tal como ensinada por seu pai, está mais ligada ao poder do que à equidade ou à racionalidade. O cinturão, como símbolo de dominação e repressão, torna-se um objeto de significados múltiplos, que remetem ao controle social e à violência institucionalizada, como uma crítica sutil à realidade política e social do período vivido por Graciliano Ramos.

Portanto, o texto carrega em si uma dimensão de denúncia e crítica à sociedade que perpetua tais práticas, evidenciando a forma como as relações de poder e a violência moldam a subjetividade, deixando marcas na constituição do sujeito. No entanto, a escrita surge como uma oportunidade de reconstruir as memórias e reinterpretar as vivências passadas, permitindo ao narrador, e ao próprio autor, uma forma de ressignificação dessas marcas deixadas pela violência. Por meio da palavra, é possível não apenas revisar o passado, mas também projetar novas compreensões sobre a justiça, a autoridade e a própria constituição psíquica.

Assim, da mesma forma como ocorre em *Caetés*, *São Bernardo* e *Angústia*, em *Infância* vale-se da narrativa como possibilidade de rememoração, reconstrução, reelaboração do passado e atenuação de angústia. O esforço por trazer o passado de volta, em especial por se tratar de um texto autobiográfico, pode ser entendido como uma forma de tentar dar um

sentido às memórias e à própria existência, com intuito de estabelecer uma nova organização psíquica.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Geisa Karla Oliveira de; VIEIRA, Marcus André. Supereu: a voz de um imperativo interrompido. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 258-277, jan. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n1p258-277>. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/11555>. Acesso em: 02 jan. 2024.

CORVACHO, Suely. Tortura, nunca mais! Reflexões em torno do conto “O cinturão”. *Esquerda online*. 2013. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2013/06/30/tortura-nunca-mais-reflexoes-em-torno-do-conto-o-cinturao-de-graciliano-ramos/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

FREUD, Sigmund (1913). Totem e tabu. In: S. Freud, *Obras Completas Sigmund Freud* (P. C. L. Souza, trad., Vol. 11, pp. 13-244). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, Sigmund (1923). O eu e o id. In: S. Freud, *Obras Completas Sigmund Freud* (P. C. L. Souza, trad., Vol. 16, pp. 13-74). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/10/freud-obras-completas-vol-16-1923-1925.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.

FREUD, Sigmund (1930-1936). Conferência XXXI, A dissecação da personalidade psíquica. *Obras completas - O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. Trad. Paulo César de Souza. v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LINS, Álvaro. *Sete escritores do Nordeste*. Recife: Cepe Editora, 2015.

RAMOS, Graciliano. Um cinturão. *Infância* (1945). Rio de Janeiro: Record, 1981.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Campinas-SP: Papirus, 1991.